

PREGÃO ELETRÔNICO
PR-168/0038/2026

CONTRATANTE (UASG)
180.168 – COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE – PMESP

OBJETO
Aquisição de Equipamentos para a Sala de Musculação do 3º BPChq

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 369.923,17 (trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e dezessete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 18/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE
UASG – 180.168**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0038/2026

(Processo Administrativo nº **057.000706752026-90**)

Torna-se público que o(a) **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE**, sediado(a) **RUA JORGE MIRANDA, 789 - LUZ, SÃO PAULO - SP, 01106-000**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de Equipamentos para a Sala de Musculação do 3º BPChq**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item objeto desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.2. Considerando o valor estimado dos grupos objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa

e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) descrito no Termo de Referência, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, sob pena de não aceitação da proposta caso não seja enviado.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11.DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail: gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br ou cpchque@policiamilitar.sp.gov.br.

12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

- 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo:**
 - 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade

mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) e-mails: gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br ou cpchquge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. **As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet compras.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.**

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades

Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico compras.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.16.1.1. **ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**

14.16.2. **ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**

14.16.3. **ANEXO III – Ato Normativo Sobre Sanções Aplicável – Resolução SSP;**

14.16.4. **ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

São Paulo, na data da assinatura digital.

JESSICA REGINA DE OLIVEIRA GUERRA

Cap PM - Chefe UGE

Subscritora do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de itens para academia nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	Especificação	SIAFÍSICO (BEC)	CATMAT Cód Gov	Descrição da Unid. Forn	Quant.	Valor Unitário
1	Equipamento para Crossfit, Hack	5820367	480145	UNIDADE	1	R\$ 4.574,54
2	Barra Olimpica	4699742	614866	UNIDADE	10	R\$ 1.263,34
3	Presilha, Abs, para Barra Olimpica	5706190	470826	PAR	20	R\$ 58,07
4	Anilha emborrachada 20kg	6480411	439834	UNIDADE	4	R\$ 675,97
5	Anilha emborrachada 15kg	6480403	439835	UNIDADE	6	R\$ 397,72
6	Anilha emborrachada 10kg	6480390	439833	UNIDADE	6	R\$ 339,74
7	Anilha emborrachada 5kg	6480381	422108	UNIDADE	6	R\$ 151,87
8	Anilha emborrachada 2kg	6480357	439832	UNIDADE	6	R\$ 52,34
9	Anilha emborrachada 1kg	6233945	439831	UNIDADE	6	R\$ 21,39
10	Kettlebell 8kg	4893433	444307	UNIDADE	2	R\$ 120,10
11	Kettlebell 12kg	4893441	605497	UNIDADE	2	R\$ 186,78
12	Kettlebell 16kg	4893450	605499	UNIDADE	2	R\$ 293,62
13	Kettlebell 20kg	4893468	605501	UNIDADE	2	R\$ 342,79
14	Kettlebell 24kg	4893476	605505	UNIDADE	2	R\$ 431,73
15	Kettlebell 28kg	4893492	605507	UNIDADE	2	R\$ 490,24
16	Peso, Kettlebell, 32kg	5836263	605509	UNIDADE	2	R\$ 560,27
17	Halter 2kg	5029074	627092	PAR	1	R\$ 79,16
	Halter, Ferro Fundido, Revestido de Borracha					

18	/pvc , Carga de 3000 g (3kg)	5242177	627091	PAR	1	R\$ 117,30
19	Halter Ferro Fundido Emborrachado 4kg	6103480	607798	PAR	1	R\$ 155,44
20	Halter, Ferro Fundido, Revestido, 6kg	5703018	607797	PAR	1	R\$ 232,28
21	Dumbells Em Aco, Injecao do Peso Diretamente Na Barra, 8kg	5417430	379702	UNIDADE	2	R\$ 358,43
22	Halter, Ferro Fundido, Revestido, 10kg	5703042	407608	UNIDADE	2	R\$ 285,70
23	Dumbells Em Aco, Resistente a Corrosao, Sem Parafuso, 12,5kg	5410100	373848	UNIDADE	2	R\$ 357,54
24	Dumbells Em Aco, Resistente a Corrosao, Sem Parafuso, 32,5 Kg	5410410	605510	UNIDADE	2	R\$ 933,34
25	Caixa de Salto para Crossfit	5541441	613981	UNIDADE	2	R\$ 410,70
26	Equipamento para Crossfit Sand Bag 20kg	6079229	601576	UNIDADE	1	R\$ 254,62
27	Bola de Crossfit 5kg - 12Lbs	4964993	631200	UNIDADE	2	R\$ 277,87
28	Bola de Crossfit 7kg - 16Lbs	4964977	631198	UNIDADE	2	R\$ 252,75
29	Bola de Crossfit 9kg - 20Lbs	4964969	608092	UNIDADE	2	R\$ 252,75
30	Bola de Crossfit 13kg - 30Lbs	4964985	607911	UNIDADE	2	R\$ 252,75
31	Equipamento para Crossfit, Peg Board	5820456	469049	UNIDADE	1	R\$ 455,39
32	Argolas Suspensas de Ginasticas C/ 2 Aneis Madeira, Arco de Ferro	6546323	461768	UNIDADE	2	R\$ 360,67

33	Acessorio para Treino Esportivo Rolo para Abdominal	6368964	74497	UNIDADE	10	R\$ 88,39
34	Colchonete	4515641	629937	UNIDADE	50	R\$ 94,81
35	Aparelho para Exercicio de Abdomen, Banco Abdominal Regulavel	5764866	480138	UNIDADE	1	R\$ 3.607,67
36	Aparelho de Musculacao, Remo Seco	5717817	473444	UNIDADE	1	R\$ 7.760,00
37	Bicicleta Ergometrica Air Bike	6420257	381572	UNIDADE	2	R\$ 7.747,24
	Bicicleta Ergometrica					
38	Horizontal Em Aço Carbono C/ Display Em Lcd	2930714	628824	UNIDADE	4	R\$ 10.507,45
39	Esteira Ergometrica	5125219	373980	UNIDADE	3	R\$ 16.117,44
40	Graviton	5764785	480146	UNIDADE	1	R\$ 14.794,94
41	Eliptico	4796560	486564	UNIDADE	2	R\$ 13.325,87
42	Aparelho de Musculacao Cadeira Externsora / Flexora	6404707	251309	UNIDADE	1	R\$ 17.811,17
43	Aparelho de Musculacao Crossover Angular	6101682	486808	UNIDADE	1	R\$ 14.263,33
44	Suporte para Halteres	5401259	636434	UNIDADE	1	R\$ 1.928,16
45	Colete para Treinamento Esportivo, de Nylon Ultra Duravel	6491243	601931	UNIDADE	5	R\$ 294,49
46	Máquina de Leg Press Sentado Horizontal	6247377	628825	UNIDADE	1	R\$ 20.404,00
47	Smith Machine	4798716	620480	UNIDADE	1	R\$ 18.592,89
48	Cadeira Adutora/abduutora	4690443	480142	UNIDADE	1	R\$ 16.614,00
49	Step	3448991	450362	UNIDADE	4	R\$ 230,04
50	Aparelho de Musculacao Banco Supino Declinado Olimpico	6101925	473406	UNIDADE	1	R\$ 6.848,45
51	Cross Over	4690460	480144	UNIDADE	1	R\$ 23.283,09

52	Pulley	4592204	460640	UNIDADE	1	R\$ 11.419,30
53	Corda Naval 10m	5490340	471747	UNIDADE	2	R\$ 511,54
54	Banco para Ginastica Sueco 4,0m	6096140	338880	UNIDADE	2	R\$ 1.856,97
55	Bioimpedanciometro Tetrapolar Com Balanca Digital Incorporada, 10 Med	5952786	635852	UNIDADE	1	R\$ 1.299,90
56	Conjunto de Caixa Acustica, Som Ambiente, 6 Caixas, Amplificador	5718465	602332	UNIDADE	1	R\$ 1.532,17
57	Televisao Em Cores Led 55 Polegadas	6125654	611855	UNIDADE	2	R\$ 2.680,34
58	Condicionador de Ar Split Piso-teto, Minimo 36.000 Btus, Gas R-32, 220v	6530796	634401	UNIDADE	2	R\$ 9.319,61
VALOR TOTAL						R\$ 369.923,17

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, para entrega, contados a partir da emissão da nota de empenho e 12 (doze) meses, para garantia, contados a partir da aceitação definitiva dos equipamentos do (a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, com especificação técnica.

[Da vedação de contratação de marca ou produto](#)

4.2. Diante das conclusões, a administração não aceitará o fornecimento dos produtos que não correspondam as especificações acima descritas, salvo se forem de qualidade superior a solicitada.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.3. em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

[Garantia da contratação](#)

4.4. não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço: Rua Amambai, 09, Vila Maria, São Paulo– SP – CEP: 02115-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do

Consumidor;

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante;

5.6. entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho igual ou superior aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.8. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá remover o equipamento, realizar a troca, por especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter permanente pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº

14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III);

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá com provar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. no caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**. **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será o que estiver estabelecido na nota de empenho, com entrega e prazo específico.

Exigências de habilitação

8.3. para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º,

inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 [c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; **Outras comprovações**

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a

6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 369.923,17 (trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e três Reais e dezessete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado, advindos do Convênio Federal Nº SENASP/MJ Nº 916796/2021.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 180168, COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE;
- II. Fonte de Recursos: TESOURO - 150010001 ;
- III. Programa de Trabalho: 180402 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLICIA MILITAR;
- IV. Elemento de Despesa: 339039-99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA;

10.3 quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 05700070675/2026-90

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Termo tem por objetivo solicitar a aquisição de aparelhos de academia para cardio, equipamentos de força, funcional, complementar, adequar a climatização e som ambiente e realizar balanço de peso dos policiais militares com equipamento profissional de bioimpedância, para o 3º Batalhão de Polícia de Choque, conforme as especificações técnicas contidas no item 3 deste termo.

2.2. A referida aquisição se faz necessária para proporcionar opções de treinamento versáteis e adequadas ao tempo disponível entre os turnos de serviço dos policiais militares, nos termos da tabela abaixo:

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
3 BPChq - Batalhão Humaita - P/4	OSLEI MARCOS DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o serviço seja satisfatoriamente contratado e corretamente executado, faz-se necessário que o Termo de Referência contemple pelo menos os seguintes requisitos:

4.1. A forma de julgamento da proposta será o menor preço por item do certame licitatório.

4.2. Os valores máximos a serem efetivamente remunerados à empresa que vier a ser contratada, serão os constantes ofertados na licitação, sendo que não ocorrerá o aditamento da contratação em questão.

4.3. O termo de referência deverá dispor quanto a exigências de prazo de garantia em relação aos materiais empregados e quanto à qualidade dos serviços executados.

4.4. A contratada deverá alocar profissionais na execução dos serviços de acordo com a legislação trabalhista vigente, cumprindo todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas aplicáveis, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao órgão contratante.

4.5. Não haverá dedicação exclusiva de mão de obra, isto é, não haverá necessidade de manter profissionais dentro das instalações do órgão contratante em jornada de trabalho.

4.6. O termo de referência deve tratar da qualidade dos materiais a serem aplicados e da obrigação de serem aplicados materiais novos, de primeiro uso e de primeira qualidade, sendo expressamente proibido a utilização de materiais usados ou recicláveis.

4.7. A prestação do serviço objeto deste estudo preliminar é de natureza não continuada.

4.8. O serviço poderá ser contratado por meio de nota de empenho, carta contrato ou outro meio hábil e legal de contratação.

4.9. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.

4.10. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo, desde que não prejudique a qualidade e durabilidade dos serviços.

4.11. A qualquer tempo o órgão contratante poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quais quer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

4.12. No processo em questão, verificou-se que a proposta mais vantajosa para execução do serviço, será a contratada fornecer e instalar todos os materiais necessários para a plena execução

do contrato, por meio de pregão eletrônico, o qual deverá ser executado em sua totalidade, não sendo permitido o parcelamento parcial ou total.

4.13. A contratada deverá cumprir com todas as obrigações trabalhistas, de saúde e segurança da frente de trabalho empregada.

5. Descrição do objeto

5.1. Aquisição para o 3º Batalhão de Polícia de Choque, equipamentos diversos para academia, climatização e som ambiente, afim de proporcionar aos policiais militares, mais autonomia para realizar exercícios físicos dentro do batalhão nos horários determinados para a prática de educação física, com intuito de se manterem ativos e preparados para qualquer missão a ser realizada.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. EQUIPAMENTO PARA CROSSFIT

5820367/ 480145- Rig/ Racks

As estruturas são projetadas para suportar treinamentos de alta intensidade (Crossfit, Powerlifting e Treinamento Funcional), utilizando materiais de padrão industrial que garantem estabilidade e segurança.

- Estrutura Principal (Postes e Colunas)

Composição: Fabricados em aço carbono de alta resistência (conhecido comercialmente como Metalon).

Dimensões do Perfil: Variam entre 50x50mm e 60x60mm, garantindo uma base sólida que minimiza a vibração durante os exercícios.

Espessura da Parede (Chapa): Utiliza-se aço de 2,5mm (Chapa 14) ou superior ("parede grossa"), essencial para suportar cargas elevadas de até 500kg nos suportes de barra. • Barras de Pull-Up e Travessas

Diâmetro: Tubos redondos de aproximadamente 31mm (1.1/4"), medida padrão para uma pegada confortável e segura (grip).

Versatilidade: As barras possuem comprimentos modulares de 1,00m, 1,05m, 1,10m, 1,50m e 1,80m, permitindo montagens alternadas para diferentes funções.

- Acabamento e Proteção

Pintura Epóxi Eletrostática: Tratamento de superfície que oferece alta resistência contra impactos, riscos e abrasão.

Cor: Padrão preto (texturizado ou fosco), que garante durabilidade estética mesmo com o uso severo de anilhas e acessórios.

- Sistema de Ajustes e Furações

Precisão: Furações cortadas a laser (padrão 14mm) com espaçamentos reduzidos (furos a cada 5cm).

Funcionalidade: Permite o ajuste milimétrico da altura dos J-Hooks (suportes de barra) e outros acessórios (alvos de wall ball, argolas, etc.).

- Componentes de Fixação e Montagem

Ferragens: Acompanha kit de parafusos, porcas e arruelas zincadas para a união dos módulos.

Bases: Pés com chapas de aço reforçadas (ex: 12cm x 12cm) com furação quádrupla para ancoragem rígida no solo.

6.2. BARRA OLIMPICA

4699742/ 614866- Composição e Resistência

- Material: Produzidas em aço de alta qualidade (aço carbono ou aço tratado termicamente).

Capacidade de Carga: Suportam até 600kg (Masculino).

- **Flexibilidade:** O metal é projetado para absorver choques sem sofrer deformação permanente, essencial para exercícios de arremesso.

Sistema de Rotação e Giro

- **Mecanismo:** Utilizam buchas de bronze de alta resistência ou rolamentos de agulha (geralmente 4 por barra).
- **Benefício:** Proporcionam um giro suave e fluido das mangas (pontas), o que reduz a pressão nos punhos e facilita movimentos técnicos como o Clean & Jerk e Snatch.
- **Tecnologia:** Uso de usinagem CNC para garantir que as medidas internas sejam exatas e sem folgas desnecessárias.

Acabamento e Aderência

- **Varão Central:** Geralmente finalizado com pintura de alta resistência na cor preta ou zinco, garantindo proteção contra ferrugem e oxidação.
- **Mangas (Pontas):** Acabamento em Hard Chrome (Cromo Duro), que é altamente resistente ao desgaste causado pelo frequente colocar e retirar de anilhas.
- **Pegada (Knurl):** Possuem recartilho trançado com profundidade calculada para oferecer aderência firme (grip) sem ser excessivamente agressivo às mãos.

6.3. PRESILHA, ABS, PARA BARRA OLIMPICA

5706190/ 470826- Presilha ABS (Lock Jaw) para Barra Olímpica

Composição do Material

- **Corpo Principal:** Fabricado em Polímero ABS de alta resistência (Acrilonitrila Butadieno Estireno). Este material é escolhido por sua rigidez, resistência a impactos e durabilidade mecânica.
- **Revestimento Interno:** Possui almofadas de borracha injetada (ou elastômero) que aumentam o atrito com a barra, evitando deslizamentos e protegendo o acabamento (Cromo ou Cerakote) contra riscos.
- **Pino de Articulação:** Eixo em aço inoxidável ou aço galvanizado para garantir a integridade do sistema de fechamento sob pressão.

Design e Ergonomia

- **Mecanismo de Travas:** Sistema de alavanca de engate rápido (Quick Release), permitindo a colocação e remoção com apenas uma das mãos.
- **Trava de Segurança:** Possui uma trava física que impede a abertura acidental da presilha durante quedas ou vibrações intensas (Drop).
- **Formato:** Design circular compacto que se ajusta perfeitamente às mangas da barra sem ocupar espaço excessivo, permitindo maior carga de anilhas.

Especificações Técnicas

- **Compatibilidade:** Exclusiva para Barras Olímpicas com ponteiros de 50 mm (2 polegadas) de diâmetro.
- **Peso Aproximado:** 350g a 400g o par (leveza que não altera o balanço da carga total).
- **Resistência à Pressão:** Projetada para suportar a compressão lateral de múltiplas anilhas bumper em treinos de LPO e Cross Training.

6.4. ANILHA EMBORRACHADA 20KG

6480411/ 439834- Núcleo e Estrutura Interna

- **Material:** Núcleo maciço em ferro fundido cinzento ou aço carbono, garantindo a densidade necessária para o peso exato.
- **Calibração:** Processo de pesagem rigoroso para assegurar uma variação máxima de +/- 1% a 3% em relação ao peso nominal de 20kg.

Revestimento Externo (Emborrachamento)

- Composição: Cobertura integral em borracha vulcanizada ou PVC virgem de alta densidade.
- Propriedades:
- Amortecimento: Alta capacidade de absorção de choque, protegendo a barra e o solo em caso de queda.
- Resistência: Material resistente à abrasão, rasgos e deformações permanentes.
- Acabamento: Superfície texturizada ou lisa com tratamento anti-UV, que evita o ressecamento e o desbotamento precoce.

Anel Central (Inserto)

- Material: Anel interno em aço inoxidável ou aço trefilado com acabamento em zinco/cromo.
- Função: Garante um encaixe preciso nas barras olímpicas (diâmetro de 50.4mm a 51mm), facilitando o deslize e evitando que o desgaste da borracha comprometa o encaixe.
- Fixação: O anel é fundido ou prensado junto ao núcleo para impedir que se solte com vibrações ou impactos repetidos.

Especificações Técnicas e Design

- Peso: 20 kg.
- Diâmetro Externo: Padrão oficial de 450 mm (para modelos Bumper), permitindo que todas as anilhas toquem o chão simultaneamente.
- Espessura: Variável conforme o modelo (geralmente entre 60mm a 80mm para o peso de 20kg).
- Identificação: Peso e logo da marca moldados em alto-relevo na borracha ou pintados com tinta de alta aderência para fácil visualização.

6.5. ANILHA EMBORRACHADA 15KG

6480403/ 439835-

- Material Externo: Fabricada em borracha de alta densidade, projetada para suportar quedas constantes com absorção de impacto máxima.
- Tecnologia Pro: Diferencia-se por um acabamento mais refinado e moderno, com foco na longevidade do material e resistência a deformações.
- Resiliência: Possui propriedades de rebote controlado, garantindo que a barra não quique excessivamente após o drop, aumentando a segurança no local de treino.

Núcleo Central (Inserto)

- Material: Anel central em aço usinado, garantindo um encaixe perfeito e de alta precisão.
- Diâmetro Interno: Padrão olímpico de 50,4mm, compatível com todas as barras oficiais de 50mm.
- Fixação Reforçada: O inserto é integrado à borracha de forma a suportar a pressão interna causada pelos impactos repetidos sem se soltar ou girar.

Especificações Técnicas

- Peso Nominal: 15 kg.
- Diâmetro Externo: Padrão internacional de 450 mm.
- Espessura: Geometria otimizada para permitir o empilhamento de maior carga na manga da barra.
- Qualidade: Produto com 100% de recomendação por usuários, destacando o visual moderno e a qualidade superior para a categoria. • Design e Identificação Visual
- Estética: Acabamento em preto profundo com marcação em alto-relevo.
- Codificação: Numeração e logotipo aplicados na cor amarela (padrão oficial para 15kg), facilitando a leitura rápida e organização do box ou academia.

6.6. ANILHA EMBORRACHADA 10KG

6480390/ 439833-

- Material Interno: Núcleo maciço em ferro fundido, que garante a densidade necessária para manter o peso exato e a integridade estrutural da peça.
- Revestimento: Cobertura integral em borracha virgem vulcanizada. Este processo de vulcanização funde a borracha ao ferro, evitando que a camada externa se desprenda com os impactos.
- Absorção de Impacto: A engenharia do material permite uma absorção eficiente do choque durante o "drop" (queda da barra), preservando a vida útil da barra olímpica e do revestimento do piso.

Anel Central (Inserto)

- Material: Inserto central em aço com acabamento polido.
- Diâmetro: Padrão olímpico oficial (50,4mm), permitindo um ajuste preciso e deslizamento suave em qualquer barra olímpica padrão. • Especificações Técnicas
- Peso: 10 kg.
- Cor: Preta com marcações em branco (alto contraste).

6.7. ANILHA EMBORRACHADA 5KG

6480381/ 422108

- Material: Produzida em borracha vulcanizada reciclada (Crumb Rubber). Esse material passa por um processo de alta temperatura que cria uma estrutura densa, porém flexível.
- Resistência ao Impacto: Testada para suportar mais de 20.000 drops (quedas), superando os padrões de durabilidade de anilhas bumper convencionais.
- Absorção de Choque: Possui um índice de dureza Shore A 75, o que proporciona uma absorção de impacto superior, resultando em um treino mais silencioso e com menor vibração para o piso.

Anel Central (Inserto)

- Material: Anel central fabricado em aço inoxidável.
- Precisão: O inserto é fundido junto à borracha para garantir que não se solte ou balance, mesmo após milhares de quedas.
- Compatibilidade: Segue o padrão oficial da IWF com diâmetro interno de 50,4mm, garantindo encaixe perfeito em barras olímpicas. • Especificações Técnicas (Padrão IWF)
- Diâmetro Externo: 450 mm (Padrão Oficial).
- Precisão de Massa: Variação inferior a 1% do peso nominal.
- Estética: Acabamento rugoso característico do processo Hi Temp, com marcações de peso e logo em alto-relevo na cor branca.

6.8. ANILHA EMBORRACHADA 2KG

6480357/ 439832

Composição e Material

- Núcleo: Fabricada em ferro fundido cinzento, garantindo alta densidade e precisão de peso.
- Revestimento: Cobertura em borracha (PVC plastisol) de alta resistência. Esse acabamento protege o metal contra oxidação e reduz o ruído no contato entre as anilhas.
- Acabamento: Superfície preta brilhante com propriedades antiderrapantes.

Design e Ergonomia (Tri-Grip)

- Três Pegadas: O design vazado com três aberturas laterais permite que a anilha seja utilizada como um halter para exercícios manuais (agachamentos, avanços, abdominais e elevações).

- Segurança: As alças facilitam o transporte e a colocação/retirada segura do peso em barras e estações de treino, prevenindo quedas e acidentes.

Especificações Técnicas

- Furação: Diâmetro de 51 mm, compatível com todas as barras olímpicas e suportes de máquinas de padrão olímpico.
- Identificação: Peso gravado em baixo-relevo na própria peça para fácil reconhecimento.

6.9. ANILHA EMBORRACHADA 1KG

6233945/ 439831

Composição e Durabilidade

- Núcleo: Produzida em ferro fundido cinzento de alta resistência, garantindo que a peça não sofra deformações com o uso contínuo.
- Revestimento: Cobertura integral em borracha (PVC Plastisol) de alta qualidade. Esse revestimento atua como uma barreira protetora contra a oxidação (ferrugem) e amortece o contato entre as peças e o piso.
- Acabamento: Superfície lisa na cor preta, facilitando a higienização e manutenção estética do equipamento.

Design e Funcionalidade (Vazada)

- Sistema de Alças: Apresenta duas aberturas laterais (design vazado) que permitem o uso da anilha como um halter. Isso possibilita exercícios de fortalecimento muscular, estabilidade e equilíbrio sem a necessidade de uma barra.
- Manuseio Seguro: As pegadas facilitam a organização nos racks e o transporte das peças, oferecendo maior segurança para o usuário durante a montagem e desmontagem dos equipamentos.

Especificações Técnicas

- Furação: Compatível com barras e suportes de padrão convencional (diâmetro adequado para o uso residencial e comercial).
- Identificação: Peso da peça moldado em alto-relevo para rápida visualização.

6.10. KETTLEBELL 8KG

4893433/ 444307

Composição e Durabilidade

- Material: Fabricado integralmente em ferro fundido de alta qualidade, garantindo uma estrutura sólida e maciça.
- Resistência: Construído para suportar treinos de alta intensidade e o desgaste contínuo, mantendo sua integridade estrutural por longos períodos.
- Acabamento: Recebe uma camada de pintura eletrostática, que atua como uma barreira protetora superior contra corrosão, oxidação e arranhões.

Ergonomia e Design

- Alça Anatômica: O design da alça foi projetado para se adaptar perfeitamente ao formato das mãos, permitindo uma pegada firme e segura.
- Conforto: A pegada anatômica reduz a fadiga excessiva das mãos e garante estabilidade durante movimentos dinâmicos e balanços.
- Base: Possui base estável para facilitar o armazenamento e a execução de exercícios no solo (como remadas ou flexões).
- Especificações Técnicas
- Peso: 8 kg (Identificado na peça para fácil reconhecimento).
- Cor: Preto clássico com acabamento fosco/acetinado.

6.11. KETTLEBELL 12KG

4893441/ 605497

Composição e Material

- Material: Produzido integralmente em aço fundido, material superior em termos de resistência mecânica e durabilidade quando comparado ao ferro comum.
- Construção Maciça: Estrutura em peça única, sem emendas frágeis, o que garante segurança total durante movimentos de balanço e arremesso.
- Acabamento: Finalizado com pintura preto fosco, que proporciona uma textura aderente e visual moderno, além de proteger o aço contra oxidação.

Design e Padrão Técnico

- Formato Padrão CrossFit: Geometria projetada para se adequar aos movimentos específicos da modalidade, facilitando o apoio no antebraço e a passagem entre as mãos.
- Ergonomia: Alça com dimensões otimizadas para uma pegada firme, essencial para exercícios dinâmicos que exigem controle total do peso.
- Estabilidade: Base plana que permite o apoio estável no solo, possibilitando o uso como suporte para flexões e outros exercícios de equilíbrio.

Especificações Técnicas

- Peso: 12 kg.
- Identificação: Peso marcado diretamente no corpo do equipamento para fácil reconhecimento.

6.12. KETTLEBELL 16KG

4893450/ 605499

Construção e Composição do Material

- Corpo Principal: Fabricado em aço fundido ou ferro fundido cinzento de alta resistência. A fundição é feita em peça única (monobloco), eliminando soldas e garantindo que o peso não se quebre em caso de quedas.
- Núcleo Maciço: Estrutura interna totalmente preenchida, o que confere maior densidade e mantém o centro de gravidade preciso para exercícios de balanço.
- Tratamento de Superfície: Finalizado com pintura eletrostática preto fosco. Este acabamento proporciona proteção contra oxidação (suor e umidade) e oferece uma textura levemente áspera que melhora a aderência das mãos.

Ergonomia e Design Técnico

- Alça Profissional: Geometria anatômica com diâmetro projetado para uma pegada confortável tanto com uma quanto com as duas mãos. O espaço entre a alça e a "bola" é otimizado para não causar pressão excessiva no antebraço durante movimentos de Clean e Snatch.
- Base Estável: Fundo usinado ou fundido de forma plana para garantir estabilidade total quando apoiado no chão, permitindo a execução segura de exercícios como remadas (renegade row) e flexões sobre o peso.
- Padrão CrossFit: Dimensões que respeitam as exigências técnicas da modalidade, facilitando a transição de pegada e o encaixe no antebraço.

Especificações Técnicas

- Peso: 16 kg.
- Identificação: Valor do peso fundido em alto-relevo no corpo do equipamento para identificação imediata.
- Durabilidade: Alta resistência mecânica contra impactos repetidos e abrasão.

6.13. KETTLEBELL 20KG

4893468/ 605501

Composição e Robustez

- Material: Produzido em aço fundido ou ferro fundido cinzento de alta densidade.
- Construção Monobloco: Fundido em peça única, sem emendas ou soldas na alça, o que elimina pontos de ruptura e garante segurança máxima em movimentos de alta velocidade.
- Acabamento: Revestimento em pintura eletrostática a pó (preto fosco). Esta camada protege o metal contra a corrosão causada pelo suor e oferece uma textura ideal para a aderência de magnésio.

Ergonomia e Design Técnico

- Alça Anatômica: Diâmetro da alça projetado para oferecer uma pegada firme e confortável, permitindo o encaixe seguro das duas mãos para exercícios de swing ou a transição fluida para movimentos de uma mão (snatch e clean).
- Janela de Pegada: Espaço interno da alça otimizado para que o peso descansa corretamente no antebraço, minimizando o desconforto por pressão localizada.
- Base Usinada: Fundo perfeitamente plano que garante estabilidade absoluta no solo. Essencial para exercícios de apoio, como flexões e remadas renegadas, evitando que o equipamento tombe.

Especificações Técnicas

- Peso: 20 kg (Calibrado com baixa margem de tolerância).
- Identificação: Numeração de peso fundida em alto-relevo no corpo da peça, facilitando a identificação rápida em ambientes de treino coletivo.
- Padrão de Dimensões: Segue os padrões técnicos de modalidades competitivas, garantindo que a mecânica do movimento seja preservada.

6.14. KETTLEBELL 24KG

4893476/ 605505

Composição e Engenharia de Materiais

- Material: Fabricação integral em aço fundido ou ferro fundido cinzento de alta densidade.
- Fundação Monobloco: Peça única sem costuras, soldas ou preenchimentos. Essa construção garante que o centro de gravidade seja fixo e que a alça nunca se desprenda do corpo, mesmo sob estresse mecânico severo.
- Proteção Superficial: Revestimento em pintura eletrostática preto fosco. Além da estética profissional, essa pintura cria uma porosidade microfina que retém melhor o magnésio, garantindo uma pegada mais seca e segura.

Design e Ergonomia de Alta Performance

- Alça Profissional: Diâmetro da alça projetado para mãos maiores, suportando a pegada dupla com conforto. A curvatura é suave para permitir que o peso gire livremente na palma da mão durante Snatches e Cleans.
- Janela de Passagem: Espaço entre a alça e a esfera dimensionado para evitar o impacto direto e doloroso no osso do antebraço durante a posição de Rack.
- Base Estável: Fundo largo e perfeitamente nivelado por usinagem. Isso permite o uso do Kettlebell como suporte fixo para exercícios de calistenia e remadas pesadas no solo.

Especificações Técnicas

- Peso: 24 kg.
- Identificação: Numeração fundida em alto-relevo, resistente ao desgaste e visível à distância.
- Resistência: Projetado para suportar abrasão, quedas em piso emborrachado e suor excessivo sem sofrer corrosão imediata.

6.15. KETTLEBELL 28KG

4893492/ 605507

Composição e Robustez do Material

- Material: Fabricação integral em aço fundido ou ferro fundido cinzento de alta densidade.
- Fundição Monobloco (Peça Única): A peça é fundida sem emendas ou soldas entre a alça e o corpo. Isso elimina qualquer risco de ruptura da alça durante movimentos balísticos de alta inércia.
- Tratamento de Superfície: Revestimento em pintura eletrostática preto fosco. Este acabamento protege o núcleo de metal contra oxidação (suor e umidade) e oferece uma porosidade ideal para a retenção de magnésio.

Design e Ergonomia Técnica

- Alça de Alta Performance: Diâmetro da alça otimizado para suportar a pegada dupla com conforto e segurança. A curvatura é projetada para permitir transições suaves e evitar o atrito excessivo na palma da mão.
- Janela de Encaixe: Espaço interno dimensionado para que a esfera repouse de forma estável sobre o antebraço na posição de "Rack", distribuindo o peso e minimizando pontos de pressão dolorosos.
- Base de Apoio: Fundo perfeitamente plano e usinado, garantindo estabilidade total quando apoiado no solo. Essencial para exercícios de apoio como renegade rows e flexões.

Especificações Técnicas

- Peso: 28 kg (Identificado com gravação em alto-relevo).
- Calibragem: Baixa margem de tolerância de peso, garantindo precisão no treinamento de força.
- Identificação Visual: Numeração fundida diretamente no corpo da peça para durabilidade eterna da marcação.
- Resistência: Equipamento projetado para ser virtualmente indestrutível, resistente a quedas em pisos emborrachados.

6.16. PESO, KETTLEBELL, 32KG

5836263/ 605509

Composição e Engenharia de Materiais

- Material: Fabricação integral em aço fundido ou ferro fundido cinzento de alta densidade.
- Construção Monobloco: Fundição em peça única, sem emendas, soldas ou enchimentos. Isso garante que o centro de gravidade seja fixo e que a alça seja uma extensão estrutural do corpo, eliminando riscos de desprendimento.
- Tratamento de Superfície: Revestimento em pintura eletrostática a pó (preto fosco). Além de prevenir a corrosão, este acabamento oferece a porosidade necessária para que o magnésio adira à alça, garantindo uma pegada seca e firme.

Design e Ergonomia de Alta Carga

- Alça Profissional: Diâmetro da alça projetado para mãos grandes, com curvatura suave que permite o giro fluido da peça durante Snatches pesados. A textura da pintura evita que a alça escorregue ou cause calos excessivos por fricção.
 - Distribuição de Massa: Esfera compacta com massa concentrada, o que exige maior estabilidade do core e das articulações do atleta durante a execução.
 - Base Usinada: Fundo perfeitamente plano e largo, garantindo que o equipamento não balance quando apoiado no solo. Indispensável para exercícios de carga como Renegade Rows (remadas) e flexões sobre o peso.
- Especificações Técnicas
- Peso: 32 kg.
 - Identificação: Numeração de peso fundida em alto-relevo no corpo da peça para durabilidade permanente.

- Resistência: Equipamento virtualmente indestrutível, resistente a impactos severos e abrasão.

6.17. HALTER 2KG

5029074/ 627092 Peso: 2kg (cada unidade).

- Formato: Tipo bola (redondo).
- Cor: Preto.
- Material do Núcleo: Ferro fundido.
- Material do Revestimento: Borracha PV.
- Conteúdo da Embalagem: 1 Par de halteres.
- Com peso gravado.

6.18. HALTER, FERRO FUNDIDO, REVESTIDO DE BORRACHA/PVC, CARGA DE 3KG

5242177/ 627091

- Peso: 3kg (unidade).
- Modelo: Tipo bola (arredondado).
- Cor: Preto.
- Composição: Ferro fundido com revestimento em Borracha PV.
- Conteúdo: 1 Par de halteres.
- Com peso gravado.

6.19. HALTER FERRO FUNDIDO EMBORRACHADO 4KG

6103480/ 607798

- Peso: 4kg (unidade).
- Modelo: Tipo bola (arredondado).
- Cor: Preto.
- Composição: Ferro fundido com revestimento em Borracha PV.
- Conteúdo: 1 Par de halteres.
- Com peso gravado.

6.20. HALTER, FERRO FUNDIDO, REVESTIDO, 6KG

5703018/ 607797

- Peso: 6kg (unidade).
- Modelo: Tipo bola (arredondado).
- Cor: Preto.
- Composição: Ferro fundido com revestimento em Borracha PV.
- Conteúdo: 1 Par de halteres.
- Com peso gravado.

6.21. DUMBELLS EM AÇO, INJEÇÃO DO PESO DIRETAMENTE NA BARRA, 8KG

5417430/ 379702

- Dumbells em aço, Injeção do Peso Diretamente Na Barra, sem existência de Parafusos.
- Tipo Hexagonal;
- Pesando 8kg;
- Em Borracha Virgem 80% Látex;
- Pegada Em aço Inox;
- Garantia Min. de 12 Meses;

6.22. HALTER, FERRO FUNDIDO, REVESTIDO, 10KG

5703042/ 407608

- Peso: 10kg (unidade).
- Modelo: Tipo bola (arredondado).
- Cor: Preto.
- Composição: Ferro fundido com revestimento em Borracha PV.
- Conteúdo: 1 Par de halteres.
- Com peso gravado.

6.23. DUMBELLS EM AÇO, RESISTENTE A CORROSÃO, SEM PARAFUSO, 12,5KG

5410100/ 373848-

- Dumbells em aço, Injeção do Peso Diretamente Na Barra, sem existência de Parafusos.
- Tipo Hexagonal;
- Pesando 12,5kg;
- Em Borracha Virgem 80% Látex; Pegada Em aço Inox;
- Garantia Min. de 12 Meses;

6.24. DUMBELLS EM AÇO, RESISTENTE A CORROSAO, SEM PARAFUSO, 32,5 KG

5410410/ 605510

- Dumbells em aço, Injeção do Peso Diretamente Na Barra, sem existência de Parafusos.
- Tipo Hexagonal;
- Pesando 32,5kg;
- Em Borracha Virgem 80% Látex;
- Pegada Em aço Inox;
- Garantia Min. de 12 Meses;

6.25. CAIXA DE SALTO PARA CROSSFIT

5541441/613981-

- Equipamento para Crossfit; Em Madeira Naval ou Madeira compensada de alta resistência de 15mm que não solta farpa;
- Medindo 50x60x75 (CxLxA) Cm; Sinalização de Altura e Encaixe para Pegada;

6.26. EQUIPAMENTO PARA CROSSFIT SAND BAG 20KG

6079229/ 601576

- Tipo: Bolsa (Power Bag/Sand Bag)
- Uso: Equipamentos De Academia Para Treino Funcional,
- Material Base/Haste: Tecido Emborrachado E Lona Marítima
- Quantidade De Alças: 6 Tipo Manoplas
- Capacidade De Carga: 20 KG
- Medindo Aproximadamente (54 x 25)cm
- Características Adicionais: Retalhos De Pano E Sacos Com Grânulos De Ferro

6.27. BOLA DE CROSSFIT 5KG - 12LBS

4964993/ 631200

- Bola de Crossfit (wall ball);
- Confeccionada em couro;
- Diâmetro de 36 a 39 Cm;
- Costurada com fios de nylon altamente resistentes, material flexível e durável;

- Peso 12 Libras;
- Miolo fixo no centro de gravidade no meio da bola fazendo-a girar uniformemente com mesmo tamanho;

6.28. BOLA DE CROSSFIT 7KG - 16LBS

4964977/ 631198

- Bola de Crossfit(wall ball);
- Confeccionada em couro;
- Diâmetro de 36 a 39 Cm;
- Costurada com fios de nylon altamente resistentes, material flexível e durável;
- Peso 16 Libras;
- Miolo fixo no centro de gravidade no meio da bola fazendo-a girar uniformemente com mesmo tamanho;

6.29. BOLA DE CROSSFIT 9KG - 20LBS

4964969/ 608092

- Bola de Crossfit (wall ball);
- Confeccionada em couro;
- Diâmetro de 36 a 39 Cm;
- Costurada com fios de nylon altamente resistentes, material flexível e durável;
- Peso 20 Libras;
- Miolo fixo no centro de gravidade no meio da bola fazendo-a girar uniformemente com mesmo tamanho;

6.30. BOLA DE CROSSFIT 13KG – 30LBS

4964985/ 607911

- Bola de Crossfit (wall ball);
- Confeccionada em couro;
- Diâmetro de 36 a 39 Cm;
- Costurada com fios de nylon altamente resistentes, material flexível e durável;
- Peso 30 Libras;
- Miolo fixo no centro de gravidade no meio da bola fazendo-a girar uniformemente com mesmo tamanho;

6.31. EQUIPAMENTO PARA CROSSFIT, PEG BOARD

5820456/469049

- Equipamento para Crossfit;
- Confeccionado em placa de madeira naval;
- Prancha Peg Boards;
- Medindo no mínimo (200 x 30 x 3)cm = (C x L x P);
- Com no mínimo 20 Furos;
- Com no mínimo 01 Par de Pegadores;
- Com acessórios de fixação;

6.32. ARGOLAS SUSPENSAS DE GINASTICAS C/ 2 ANEIS MADEIRA, ARCO DE FERRO

6546323/ 461768

- Argolas suspensas;
- Argolas de ginástica com 2 anéis de madeira;

- Fitas de suspensão de nylon (mínimo 5m) com catraca de ajuste;
- 2 anéis de madeira com arco de ferro e fitas de polipropileno com regulagem;
- Diam. Externo Até 24 Cm, Diam. Interno Até 18 Cm, Diam. da pegada 30mm;

6.33. ACESSORIO PARA TREINO ESPORTIVO ROLO PARA ABDOMINAL

6368964/ 74497

- Acessório para treino esportivo; ABMAT – para apoiar a lombar;
- Material: Espuma de alta densidade com revestimento em couro sintético;

6.34. COLCHONETE

4515641/ 629937-

- Composto de espuma com densidade D80;
- Revestimento de primeira qualidade, antialérgico, lavável (tecido emborrachado);
- Medindo no mínimo 89x48x3cm;
- Na cor preta;
- Em Embalagem Adequada Ao Produto;

6.35. APARELHO PARA EXERCICIO DE ABDOMEN, BANCO ABDOMINAL REGULAVEL

5764866/ 480138

- GHD Profissional
- Comprimento mínimo: 1,50m;
- Largura: aproximadamente 0,70m a 1,10m (considerando a base estabilizadora);
- Altura: cerca de 1,10m a 1,25m (até o topo do estofado principal);
- Peso do Equipamento: mínimo de 45kg;
- Material: Estrutura em aço com pintura eletrostática.
- Estofamento: Espuma de alta densidade com revestimento em couro sintético.
- Regulagem: Trilho ajustável para distância e altura dos pés.

6.36. APARELHO DE MUSCULACAO, REMO SECO

5717817/ 473444 Resistência a Ar

- Monitor LCD com marcadores: tempo, distância, calorias, remadas por minuto (SPM) e frequência cardíaca.
- Estrutura: trilhos em alumínio ou aço carbono, suportando entre 110kg e 150kg.
- Ergonomia: Bancos anatômicos e pedais com alças ajustáveis.
- Com pintura eletrostática a pó e rolamentos selados;
- Revestimento em espuma de alta densidade;
- Peso Aproximado do Equipamento de 37kg,

6.37. BICICLETA ERGOMETRICA AIR BIKE

6420257/ 381572

- Tipo Air Bike tractor com sistema de ventilador Egrip;
- Com acabamento antiderrapante;
- Estrutura em aço carbono;
- Acabamento em pintura eletrostática;
- Com monitor LCD com marcadores: calorias, pulsação, etc;
- Sistema de carga por pás;
- Assento com revestimento náutico com proteção antibacteriana;

6.38. BICICLETA ERGOMETRICA HORIZONTAL EM AÇO CARBONO C/ DISPLAY EM LCD

2930714/ 628824

- Bicicleta ergométrica;
- Em aço carbono;
- Carenagem em poliestileno de Alta resistência;
- Horizontal;
- Capacidade Máxima 150kg;
- Sistema Eletromagnético, 8 Regulagens, Carga de 4.9 a 39.2nm;
- Medidas aproximadas: 146x63x104cm;
- Peso aproximado 36kg;
- Cor Preta;
- Com display em LCD com marcadores: de calorias, pulsação, velocidade, distância, cronômetro;
- Monitoração cardíaca por sensor;
- Pés dianteiros com rodas;
- Porta garrafas;
- Regulagem de distância de assento;
- 3 Anos de Garantia;

6.39. ESTEIRA ERGOMÉTRICA

5125219/373980

- Com inclinação de 15%;
- Monitoramento cardíaco tipo hand pulse;
- Dimensões de 209x92x142cm;
- Objetivo de treinos: calorias, distancia, tempo na zona de objetivo em 21 tipos de programas;
- Sistema de redução de impacto de 30% nos joelhos e juntas;
- Altura do Piso de 20cm;
- Velocidade de 0,8 a 23 Km/h;
- Conectividade com telefone via Qr Code, Wi-fi ou NFC (aproximação);
- Superfície de Corrida de 55x152cm;
- Capacidade para Usuário Até 182 Kg;
- Painel com painel digital;
- 2 porta copo;
- Teclado Numérico;
- Display p/ 12 aplicações;
- Tela LCD Touch Screen 7";
- Estrutura na cor prata, barra ergonômica, painel e carenagem em preto;
- Lona auto lubrificada;
- Notificação pro ativa de desgaste de correias;
- Garantia 01 Ano;
- Motor CA de 4.0 HP (8.0 HP de pico), com gerenciador de economia de consumo de energia;
- Voltagem: 220V;
- Equipamento com corrimãos laterais de 41cm alargados e rodas dianteiras para locomoção;

6.40. GRAVITON

5764785/ 480146

- Em aço carbono de no mínimo 2,65mm de espessura;

- Estofado injetado anatômico com revestimento lavável, antialérgico e antifúngico;
- Medidas aproximadas de (1185 x 1000 x 2175)mm = (C x L x A);
- Placas de peso em ferro fundido com carga total de no mínimo 100 Kg;
- Carenagem de proteção;
- Pintura eletrostática com tratamento anticorrosivo;

6.41. ELÍPTICO

4796560/ 486564

- Elíptico; em aço com pintura eletrostática a pó;
- Rolamentos em aço blindado;
- 25 Níveis de resistência;
- Passada de 18" de distância;
- 27 Treinos diferentes e opção de uso reverso;
- Painel em Led;
- Porta copos e suporte de leitura;
- Display para 12 funções;
- Medidas 211x72x155cm;
- Peso Total de 107Kg;
- Altura de 155cm;
- Capacidade até 159Kg;
- Garantia mínima de 01 ano;
- Monitoramento cardíaco por tipo Hand Pulse, localizados nos apoios das mãos;
- Pedais com regulagem de distância entre si de até 2,8", Reduzindo Deslocamento Lateral Dos Joelhos;
- Cor da estrutura: prata, painel, braços e carenagens em preto;
- Dispensa uso de tomada, autoalimentado pelo equipamento;

6.42. APARELHO DE MUSCULACAO CADEIRA EXTERNSORA / FLEXORA

6404707/ 251309

- Aparelho de musculação: cadeira extensora / flexora;
- Estrutura em aço;
- Medindo aproximadamente (1600 X1000 x 1350)mm;
- Estofamento em espuma de poliuretano;
- Revestimento em couro sintético;
- Com Suporte para Garrafa;
- Revestimento na cor preta;
- Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó na cor preta;
- Carga efetiva máxima: 100kg
- Cabo de aço inoxidável; Com amortecedor na base da torre;
- Peso máximo do usuário: 150Kg.

6.43. APARELHO DE MUSCULAÇÃO CROSSOVER ANGULAR

6101682/ 486808

- Aparelho de musculação: Crossover Angular (Smith) com barra guiada;
- Estrutura em tubo de aço;
- Polias móveis independentes;
- Carga de 80Kg por lado (com baterias inclusas);
- Ajuste de altura em 12 posições em cada polia;

- Barra guiada com 9 níveis de ajuste;
- Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó na cor preta;
- Rolamentos blindados com giro de pulso;
- Tripla posição de pegada central para execução de barra livre;

6.44. SUPORTE PARA HALTERES

5401259/ 636434

- Suporte para halteres tipo dumbbells;
- Em aço galvanizado preto;
- Capacidade para 10 pares de dumbbells;
- Pintura a pó e tratamento antioxidante;
- Com 3 prateleiras horizontais;
- Espessura da chapa de 2,5mm;
- Medindo 138x51x56cm (AxLxC);
- Garantia de 01 Ano;

6.45. COLETE PARA TREINAMENTO ESPORTIVO, DE NYLON ULTRA DURAVEL

6491243/

601931

- Colete para treinamento esportivo;
- Em nylon ultra durável;
- Pesando 6Kg, ajustável, deve acompanhar placas de 1Kg, chegando a 10kg;
- No tamanho único;
- Com almofadas de ombro;
- Dimensões do colete em plano: 47cm (c) x 32cm (l) x 9cm (e);
- Na cor preta;
- Deverá acomodar cargas na parte frontal e costas;
- Deverá possuir ajustes que melhoram a estabilidade;

6.46. MÁQUINA DE LEG PRESS SENTADO HORIZONTAL

6247377/ 628825

- Máquina de Leg Press sentado horizontal;
- Estrutura em tubo de aço;
- Medindo Aproximadamente (189 x 110 x 152)cm;
- Apoio dos pés emborrachado, antiderrapante;
- Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó com tratamento anticorrosivo;
- Carga Total máxima de 110kg no mínimo;
- Ponteiros das manoplas em alumínio;
- Assento e encosto estofado com espuma de alta densidade, revestidos de couro sintético;

6.47. SMITH MACHINE

4798716/ 620480

- Smith Machine;
- Aço tubular, com pintura eletrostática a pó antiabrasivo na cor prata;
- Acabamentos em uretano na cor preta;
- 15 ajustes de altura;
- Cabos de 3/16" 7x19 fios;
- Garantia mínima de 01 ano;
- Rolamentos blindados em aço com acabamento em nylon e fibra de vidro de alta resistência;

- 12 ajustes externos para execução de agachamento livre
- Com 8 suportes para armazenamento de anilhas;

6.48. CADEIRA ADUTORA/ABDUTORA

4690443/ 480142

- Cadeira adutora/ abdutora conjugada;
- Em estrutura de tubos redondos e oblongos em aço;
- Ajustes tipo tubo sobre tubo revestidos de cromo;
- Com pintura eletrostática antiabrasivo, pegadores de borracha com acabamento em alumínio;
- Com carga de 100Kg no mínimo;
- Ajuste rápido para conversão de exercício de adutora para abdutora;
- Polias ajustáveis em nylon, impregnadas de fibra de vidro para maior resistência;
- Dimensões aproximadas de 168x168x145cm;
- Com garantia mínima de 01 ano;

6.49. STEP

3448991/ 450362

- Simulador de degraus, tipo Step;
- Em polipropileno injetado de alta resistência;
- Medindo 96x36cm CxL e altura ajustável entre 10 e 20cm;
- Superfície anti-deslizante;
- Com pés antiderrapantes de alta resistência e substituíveis;

6.50. APARELHO DE MUSCULAÇÃO BANCO SUPINO DECLINADO OLÍMPICO

6101925/ 473406

- Aparelho de musculação;
- Banco para supino declinado olímpico;
- Estrutura em tubo de aço;
- Estofado em 02 partes, com divisão para cabeça;
- 02 alturas de apoio de barra, pés de borracha;
- Suporte de barras em polietileno em 03 peças;
- Com apoios de costas, cabeça e pernas;
- Acolchoado ergonômico com espuma;
- Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó na cor preta;

6.51. CROSS OVER

4690460/ 480144

- Cross Over;
- Estrutura em aço;
- Guias com 11 posições de regulagem
- Garantia mínima de 01 ano;
- Pintura eletrostática antiabrasivo;
- Pegadores de uretano com anéis de aço;
- Polias de nylon e fibra;
- Duas torres com carga máxima efetiva de 95 Kg;
- Discos de aço usinado;
- Trava com ajuste magnético;

- Barra fixa com dupla pegada em uretano;
- Cabos de aço de 7x19, lubrificados e revestidos em nylon;
- Pegadores com eixo de rotação;
- Dimensões aproximadas de 73x425x239cm;

6.52. PULLEY

4592204/ 460640

- Em aço inoxidável com pintura eletrostática e resistência abrasiva;
- Pulley modelo profissional com 2 funções (pulley e remada);
- Polias de nylon impregnadas de fibra de vidro e rolamento selados;
- Carga máxima efetiva de 80Kg no mínimo,
- Garantia mínima de 01 ano;
- Estofamento almofada com espuma moldada e proteção plástica;
- Carenagem com grafismo simplificado e instrutivos;
- Pegador com anéis de alumínio, eixo de rotação marcado com indicador vermelho;
- Apoio para os pés;
- Banco com 2 posicionamentos;

6.53. CORDA NAVAL 10m

5490340/ 471747

- Corda para Uso Esportivo;
- Tipo naval em nylon;
- Com manoplas para maior conforto;
- Capa protetora e atrito em lona;
- 40mm de diâmetro;
- 10m de comprimento.

6.54. BANCO PARA GINASTICA SUECO 4,0m

6096140/ 338880

- Banco para ginastica;
- Tipo Sueco com pés, tampo e régua de equilíbrio;
- Em madeira maciça envernizada;
- Bordas arredondadas;
- Medindo (4000x 500 x 500)mm;

6.55. BIOIMPEDANCIOMETRO TETRAPOLAR COM BALANÇA DIGITAL

5952786/ 635852

- Modelo: BodyScan Corpo Inteiro;
- Capacidade: Suporta até 180 kg;
- Tecnologia: Possui 8 eletrodos (4 nos pés e 4 nas mãos);
- Conectividade: Bluetooth integrado, compatível com o aplicativo Fitdays (Android e iOS);
- Gestão de Dados: Permite cadastrar até 24 usuários diferentes por conta no app;
- Sensores: Fio retrátil com bastão de medição manual;
- Visor: Tela de LCD colorida que exibe os principais índices corporais;
- Métricas: Mede gordura corporal, peso, IMC e outros índices de bioimpedância.

6.56. CONJUNTO DE CAIXA ACUSTICA, SOM AMBIENTE, 6 CAIXAS, AMPLIFICADOR

5718465/602332

- Conjunto de Caixa Acustica;
- Kit som ambiente, 6 (seis) caixas e amplificador bluetooth;
- Amplificador compacto (podendo ser conectado até 12 (caixas) de 8 OHMS em paralelo;
- Potência total mínima (RMS) 30W;
- Equalização 3 bandas Low, Mid e High;
- Entradas 01 mic, 01 aux RCA, USB, Micro SD, Antena FM.;
- Saída 01 Line Out RCA;
- Alimentação Bivolt;
- Controles de som independente para microfone;
- Auxiliares USB/ Sd Card;
- Kit de Caixas, potência 60W (RMS), Impedância 8 OHM, 03 Vias Woofer 4" Medio 2" Tweeter Piezo 1";
- Garantia Mínima 12 Meses;
- Acondicionado de Forma Que Garanta a Integridade do Produto.

6.57. TELEVISAO, QLED, CATEGORIA CRYSTAL UHD, 50 POL., SMART TV, WIFI
6125654/ 611855

- Televisão a cores;
- Tela QLed, categoria crystal UHD 4k;
- 50 Polegadas;
- Com resolução de 3.840 x 2.160p;
- Diagonal visual aprox. 127 Cm;
- Com comando de voz em portugues do Brasil e Ingles (EUA);
- Wi-fi Integrado;
- Smart TV;
- Espelhamento, Google Assistant e Alexa integrados;
- Acesso remoto, desligamento automático;
- Conexões de entrada: 3 HDMI, 2 USB, 1 Composto, Bluetooth;
- Conexões de saída: 1 saída de áudio digital;
- Com recepção para TV Digital;
- Sistema de cores Mega Contraste, Dinâmica de alto alcance, PQI 2100, Potencializador de Contraste, HLG;
- Controle remoto padrão do fabricante;
- Voltagem AC 100-240v 50/60hz;
- Consumo aproximado máximo 145W;
- Medindo Aproximadamente Com Suporte 1120 x 685 x 230mm e Sem Suporte 1120x 650 x 26 Mm;
- Pesando no máximo 17 Kg Com Embalagem;
- Com garantia mínima de 12 Meses;
- Manual em português.

6.58. CONDICIONADOR DE AR SPLIT PISO-TETO, MINIMO 36.000 BTUS, GAS R-32, 220V
6530796/ 634401

- Condicionador de Ar;
- Tipo Split piso-teto;
- Capacidade: Mínimo 36.000 BTUS;
- Operação: Frio;

- Vazão de ar de mínimo 1800m³/h;
- Com filtro do tipo removível, lavável;
- Voltagem: 220v, 60hz monofásico;
- Com selo Procel, classificação com selo Procel, Letra "A";
- Funções: resfriamento rápido;
- Com no máximo 52DB Interno e 58DB Externo;
- Equipamento Composto de 01 Unidade Evaporadora e 01 Unidade Condensadora;
- Com utilização do Gás R-32;
- Fornecido Com Controle Remoto Sem Fio;
- Manual de Instruções e Certificado de Garantia português; Garantia Mínima 12 Meses, conforme NBR/ABNT vigentes;

7. Local de entrega:

7.1. Terceiro Batalhão de Polícia de Choque, na rua Amambai, 09, Vila Maria, São Paulo, CEP 02115-001.

8. Condições gerais:

- 8.1. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá estar ciente de que os documentos técnicos (atestado de capacidade técnica) serão examinados pela contratante;
- 8.2. Os concorrentes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.3. Eventuais dúvidas, omissões ou discrepâncias constatadas pela proponente, deverão ser comunicadas por escrito à contratante, afim de serem sanadas caso tenham o condão de trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do serviço;
- 8.4. Sobre a qualidade dos materiais: todos materiais utilizados deverão atender aos mais conceituados padrões de qualidade de modo a não tender às falhas de segurança e estética;
- 8.5. Sobre a mão-de-obra: será de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser especializada para realização dos serviços ora contratados, dentro das Normas vigentes exigidas para tal e sendo necessárias;
- 8.6. Sobre os equipamentos e materiais: deverão ser devidamente adequados para as finalidades específicas do presente serviço;
- 8.7. Sobre a garantia: a contratada deverá refazer ou substituir, sem ônus para a contratante, os serviços que apresentarem defeitos na qualidade ou vícios de execução, não oriundos de mau uso por parte dos usuários, durante um prazo mínimo de 01 (um) ano.

9. Considerações finais

9.1. Os equipamentos devem atingir todas as indicações constantes no Termo de referência e no Estudo Técnico Preliminar, não sendo aceitos qualquer produto de inferioridade as cláusulas expostas, devendo ser levado em consideração as especificações técnicas tanto do Compras.gov quanto da BEC.

10. Dos prazos

- 10.1. De entrega: 30 (trinta) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho;
- 10.2. De garantia: 01 (um) ano.

11. Levantamento de Mercado

11.1. As possíveis formas de atendimento da demanda objeto desta contratação são as seguintes:

11.1.1. Execução Direta: O Comando de Policiamento de Choque não possui adequação para a demanda, necessitando que seja complementado por meio de contratações necessárias ao bom andamento da instituição.

11.1.2. Execução Indireta: A contratação de empresa especializada apresenta ser a melhor solução, dentre as possibilidades encontradas, uma vez que atenderá satisfatoriamente a Administração a um custo racional, com base em custos referenciais aplicáveis à Administração Pública Estadual.

11.1.3. Nesse sentido, verifica-se que diversos órgãos da Administração Pública contratam serviços de forma similar à prevista neste estudo preliminar, por meio da contratação de empresa especializada para a referida entrega conforme consta neste Estudo Técnico Preliminar, o que justifica essa forma de execução.

12. Descrição da solução como um todo

12.1. Aquisição de equipamentos para academia, visando atender as demandas do 3º Batalhão de Polícia de Choque, conforme especificações e exigências do termo de referência e justificativa no tópico anterior.

12.2. Deste modo, a presente contratação não se enquadra como bens de luxo.

13. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

13.1. Para a estimativa do valor da contratação foram realizadas pesquisas de mercado. Assim, foram considerados para fins de precificação as pesquisas de preço, conforme anexo na Planilha de Pesquisa de Preços 3BPChq Nº 014/40/2026.

13.2. Para a definição do valor estimado da contratação, foi utilizada a média obtida na pesquisa de preço.

14. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 369.923,17

14.1. Valor (R\$): 369.923,17

14.2. A estimativa média do valor do serviço a ser contratado, foi orçada em R\$ 369.923,17 (trezentos e sessenta e nove mil novecentos e vinte e três Reais e dezessete centavos).

14.3 O levantamento de preços foi realizado em conformidade com o Decreto nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, de forma que a mesma também poderá ser utilizada para fins de elaboração do Termo de Referência.

15. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

15.1. A aquisição dos produtos, de acordo com o pregão eletrônico, será conforme a necessidade existente e a disponibilidade orçamentária;

15.2. Considera-se que a licitação por grupos de equipamentos para academia é economicamente viável, não trazendo qualquer prejuízo ao fornecimento por distintas empresas que vierem a participar do certame;

15.3. Ademais justifica-se a não divisão em grupos em virtude do atendimento a realidade apresentada pelo mercado em contraposição à localização geográfica dos participantes de modo a favorecer a ampla participação de licitantes regionais e municipais de modo a não comprometer a exequibilidade do objeto licitatório.

16. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

16.1. Não existe no âmbito do Comando de Policiamento de Choque Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes com o objeto desta contratação.

16.2. A presente contratação será realização por meio de Pregão Eletrônico.

17. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

17.1. A demanda dos materiais objeto deste estudo foi parcialmente planejados para o ano de 2026, sendo contemplada com a Emenda Parlamentar, conforme PPA e seus objetivos.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

18.1. Os benefícios serão proporcionar opções de treinamento versáteis e adequadas ao tempo disponível entre os turnos de serviço dos policiais militares, bem como preservar sua saúde, física, mental e emocional, disponibilizando meios de manter mente e corpo ativos e preparados para enfrentar qualquer missão a eles imposta.

19. Providências a serem Adotadas

19.1. Não haverá necessidade de adequações no ambiente institucional para compatibilidade com a contratação.

20. Possíveis Impactos Ambientais

20.1. A aquisição dos itens de academia não tem impacto ambiental.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

21.2. O Serviço não se enquadra na categoria de luxo nos termos do nos termos do Decreto Estadual 67.985/23.

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE
UASG – 180.168



PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0038/2026

(Processo Administrativo nº 057.000706752026-90)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **CPCHQ-XXX/16/2026**,
CELEBRADO ENTRE O(A) **GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO**, POR INTERMÉDIO DO(A) **COMANDO DE
POLICIAMENTO DE CHOQUE** E

.....

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE**, com sede no(a) **RUA DR. JORGE MIRANDA, 789 – LUZ, SÃO PAULO/SP**, inscrito(a) no **CNPJ** sob o nº **04.198.514-0021/06**, neste ato representado(a) pelo(a) **ROGERIO NERY MACHADO**, nomeado(a) pela **PUBLICAÇÃO NO DOE DE 30 DE MARÇO DE 2026**, inscrito(a) no **CPF** sob o nº **XXXXXX**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXX**, inscrito(a) no **CNPJ/MF** sob o nº **XXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXX**, doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXX**, inscrito(a) no **CPF** sob o nº **XXXXXX**, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **057.000706752026-90** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº PR-168/0038/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de Equipamentos para a Sala de Musculação do 3º BPChq**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	---------	------------	-------	-------

			DE MEDIDA	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. **O valor total da contratação é de R\$...... (.....)**

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo

administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

I. **Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.**

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento)

nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão: 0001 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

II. Unidade: 180.168 (COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE)

III. Fonte de Recursos: 150.010.001 (TESOURO GERAL)

IV. Programa de Trabalho Resumido: 180421 (ACOES DECORRENTES DE EMENDAS, EXCETO SAÚDE)

V. Natureza de Despesa: 44405234 (EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES – OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE)

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da última assinatura digital

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

GRUPO 1					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA					
CPF					
INSCRIÇÃO ESTADUAL					
ENDEREÇO					
TELEFONE					
E-MAIL					
CONTA BANCÁRIA (BANCO DO BRASIL)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HACK CROSSFIT	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37	BICICLETA ERGOMÉTRICA	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38	BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTAL	UNIDADE	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39	ESTEIRA ERGOMÉTRICA	UNIDADE	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40	GRAVITON	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41	ELIPTICO	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42	CADEIRA EXTENSORA E FLEXORA	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43	CROSSOVER ANGULAR	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46	LEG PRESS HORIZONTAL	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
47	SMITH MACHINE	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
48	CADEIRA ADUTORA E ABDUTORA	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	BANCO DE SUPINO DECLINADO	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
51	CROSSOVER	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
52	PULLEY	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL (POR EXTENSO)					

GRUPO 2	
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	
CNPJ	
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA	
CPF	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	
CONTA BANCÁRIA (BANCO DO BRASIL)	

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0038/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	BARRA OLIMPICA	UNIDADE	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	PRESILHA PARA BARRA OLIMPICA	PAR	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	CAIXA DE SALTO CROSSFIT	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
31	PEG BOARD CROSSFIT	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32	PAR DE ARGOLAS SUSPENSAS DE GINÁSTICA	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33	ROLO PARA ABDOMINAL	UNIDADE	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
34	COLCHONETE	UNIDADE	50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
35	BANCO ABDOMINAL REGULÁVEL	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
36	REMO SECO	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
45	COLETE PARA TREINO	UNIDADE	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00
49	STEP	UNIDADE	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	CORDA NAVAL 10M	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
54	BANCO SUÉCO PARA GINÁSTICA 4M	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL (POR EXTENSO)					

GRUPO 3					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA					
CPF					
INSCRIÇÃO ESTADUAL					
ENDEREÇO					
TELEFONE					
E-MAIL					
CONTA BANCÁRIA (BANCO DO BRASIL)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	ANILHA 20KG	UNIDADE	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	ANILHA 15KG	UNIDADE	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	ANILHA 10KG	UNIDADE	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	ANILHA 5KG	UNIDADE	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	ANILHA 2KG	UNIDADE	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	ANILHA 1KG	UNIDADE	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	KETTLEBELL 8KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	KETTLEBELL 12KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	KETTLEBELL 16KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	KETTLEBELL 20KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	KETTLEBELL 24KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	KETTLEBELL 28KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	KETTLEBELL 32KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0038/2026

17	HALTER 2KG	PAR	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	HALTER 3KG	PAR	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	HALTER 4KG	PAR	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	HALTER 6KG	PAR	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	HALTER 8KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	HALTER 10KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	DUMBELL 12,5KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	DUMBELL 32,5KG	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	SAND BAG CROSSFIT 20KG	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	BOLA DE CROSSFIT 12LBs	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28	BOLA DE CROSSFIT 16LBs	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	BOLA DE CROSSFIT 20LBs	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	BOLA DE CROSSFIT 30LBs	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44	SUPORE DE ALTERES	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL (POR EXTENSO)					

GRUPO 4					
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA					
CNPJ					
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA					
CPF					
INSCRIÇÃO ESTADUAL					
ENDEREÇO					
TELEFONE					
E-MAIL					
CONTA BANCÁRIA (BANCO DO BRASIL)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
55	BIOIMPEDANCIOMETRO TETRAPOLAR COM BALANÇA	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
56	CONJUNTO DE 6 CAIXAS DE SOM ACÚSTICAS	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
57	TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
58	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000 BTU	UNIDADE	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL (POR EXTENSO)					